

CARTA ABERTA AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Exmo. Senhor Doutor Desembargador Fernando Antônio Torres Garcia

TEMA: Solicitação de apoio às demandas e reivindicações dos servidores do TJSP.

Os/as trabalhadores/as do judiciário paulista vivem o momento mais difícil da última década. As perdas salariais acumuladas, desde 2002, chegam próximo a um recorde de 30%, corroendo $\frac{1}{3}$ dos nossos salários.

A situação de desvalorização salarial tem trazido impacto significativo nas condições de vida e renda, afetando diretamente a manutenção das despesas da vida cotidiana, visto que já não somos capazes de suportar o custo de vida elevado em detrimento da redução do poder aquisitivo. Como expressão imediata da perda de renda, temos observado um aumento do número de servidores/as que recorrem aos empréstimos consignados em folha de pagamento, bem como identificamos que pedidos de indenização de férias e licença prêmio frequentes, se relacionam à necessidade de complementação de suas rendas. O quadro repercute em situações de endividamento, aumento do estresse e pressão na saúde mental e física, o que eleva o adoecimento e a necessidade de afastamento por motivos de saúde, gerando insatisfação e sentimento de indignação entre os/as servidores/as. O cenário retrata o constante processo de desvalorização e o desprestígio que têm sido destinados ao funcionalismo público em nosso estado.

Deve-se destacar que por trás dos excelentes números anunciados pelo TJSP, sobre celeridade, alta eficiência e produtividade, existe um conjunto de servidores cada dia mais reduzido (há mais de 11.412 cargos vagos no TJSP)¹,

¹Fonte: Portal da transparência do TJSP (Resolução 102 CNJ), consulta em 29/05/2023 dados relativos a abril/2023 - disponível no link: www.tjsp.jus.br/CanaisComunicacao/Transparencia

que sofre com o aumento da sobrecarga de trabalho em detrimento à implantação de ferramentas tecnológicas, medidas que impõe critérios de produtividade os quais parecem desconsiderar os limites, particularidades e falta de estrutura do contexto em que são implementados e, principalmente, o fato de que por trás e operando todo o aparato tecnológico há pessoas de carne e osso e não máquinas. A ocorrência de situações de assédio, tornam este quadro ainda mais delicado para os/as servidores/as.

Também consideramos importante pronta atenção sobre a situação dos servidores, magistrados e terceirizados com deficiência, doenças graves, mobilidade reduzida e/ou responsáveis por dependentes nestas condições que, vulneráveis intrinsecamente, se deparam com o assédio moral horizontal, vertical e institucional decorrente de uma cultura estrutural e práticas capacitistas que ostensivamente os adoecem, excluem e discriminam, na contramão da inclusão social e da acessibilidade plena.

A integração ineficaz e a falta de comunicação entre os setores responsáveis em atender as demandas legitimamente amparadas e as necessidades especiais destes trabalhadores resultam em procedimentos redundantes e morosos. O atendimento institucional, direcionado ao cuidado, promoção de saúde, capacitação profissional, oportunidades de progressão na carreira e a oferta de tecnologias assistivas devem ser aprimorados e ampliados, considerando o proposto no Planejamento Estratégico 2021/2026 - AMPLIAR A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO - "Objetivo 20".

Evocamos, portanto, um comprometimento sensível e humanitário, para que a incumbência de preservação dos direitos seja efetivada de acordo com os valores e diretrizes da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, da Constituição Federal, da Lei Brasileira de Inclusão, das Resoluções nº 343/20 do E. CNJ e nº 850/21 deste E. Tribunal, incongruentemente não aplicadas em absoluto, em especial quanto às Condições Especiais de Trabalho.

Nas últimas campanhas salariais, apesar das evidentes demandas e legítimas reivindicações dos/as servidores/as, temos encontrado obstáculos para construir e manter canais de diálogo permanentes e efetivos com a presidência do TJSP e, principalmente, estabelecer processos de negociação factuais e eficazes em torno das nossas requisições. A exemplo disso, protocolamos por diversas vezes documentos referentes às reivindicações da categoria dos judiciários à Presidência, porém não houve abertura para discussão dos temas em sua totalidade. Destaca-se que vários itens da referida pauta sequer envolviam despesas adicionais para o TJSP e, ainda assim, não foram discutidos ou negociados com a categoria.

Neste bojo, esperamos que o início do novo biênio 2024-2026 represente um momento de abertura e diálogo permanente da Corte com o conjunto dos/das servidores/as. Neste momento, gostaríamos de contar com o empenho e colaboração do próximo presidente da maior corte do país para a implantação de uma política concreta de reconhecimento e valorização dos/as servidores/as. Acreditamos na possibilidade de construção de relações horizontais, justas e democráticas, que estejam alinhadas com a melhoria dos processos de trabalho e as condições de vida dos dos/as servidores/as deste Tribunal. É a partir desta mudança que se tornará possível construir um judiciário que efetivamente cumpra seu papel, capaz de atender a demanda crescente do jurisdicionado paulista.

Nesta direção, também gostaríamos de solicitar o compromisso de Vossa Excelência na retomada e pleno funcionamento das Comissões de Trabalho Paritárias, em especial as Comissões de Orçamento, Assédio Moral e Remoção.

Diante do exposto, respeitadamente requeremos apoio e reconhecimento da necessidade de valorização salarial dos/as servidores/as do maior Tribunal de Justiça da América Latina, bem como solicitamos, de antemão, **a abertura de um canal de diálogo efetivo entre a gestão do TJSP e seus trabalhadores** que nos permitam construir uma via para concretização de nossas reivindicações no próximo biênio, e que se materialize na criação de uma mesa de negociação permanente com reuniões e negociações regulares, uma de nossas principais reivindicações.

Nesse sentido é imprescindível que se realize uma gestão participativa e democrática, a fim de que essa Corte, representada pelo Presidente e demais Magistrados integrantes da nova gestão, constituam métodos que ensejem amplo diálogo com os/as servidores/as, oportunizando a participação do processo decisório, por meio de mecanismos participativos que permitam a expressão de opiniões plurais e a visão dos diversos segmentos das categorias dos Servidores, no contexto do Poder Judiciário Estadual.

Outrossim, solicitamos a Vossa Excelência que seja designada uma reunião, com os representantes das Entidades para melhor explicação e conhecimento das nossas demandas.

São Paulo, 25 de outubro de 2023.



JOSÉ GOZZE
Presidente

Assinam esse ofício:

Pública Central do Servidor, FESPESP - Federação das Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo, FENAJUD - Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário nos Estados, AASPSI Brasil - Associação Nacional dos Assistentes Sociais e Psicólogos da Área Sociojurídica, AASPTJ-SP- Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do TJSP, AECOESP- Associação dos Escreventes Técnicos Judiciários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, AFFI - Associação da Família Forense de Itapetininga, AFFOCOS- Associação da Família Forense da Comarca de Sorocaba, AFFOPPRE- Associação da Família Forense de Presidente Prudente e Região, Presidente Prudente, AFOCA - Associação Forense da Comarca de Assis e Região, AJESP FRANCA - Associação dos Servidores do Judiciário do Estado de São Paulo, AOJESP- Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo, APATEJ- Associação Paulista dos Técnicos do Judiciário, ASJCOESP - Associação dos Serventuários da Justiça dos Cartórios Oficiais do Estado de São Paulo, ASSETJ – Associação dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ASSISJESP - Associação Ituveravense Dos Servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ASSOJUBS- Associação de Base dos Trabalhadores do Judiciário



is Entidades de Servidores Públicos do Estado de São Paulo
eiro Furtado, 93 – 3º andar – Centro – SP – Cep: 01511000
4-3836 – CNPJ nº 55.211.361/0001-79
p.org.br

do Estado de São Paulo, ASSOJURIS- Associação dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo, SINJURIS- Sindicato dos Trabalhadores e Servidores Públicos do Judiciário Estadual, SINSPJUD- Sindicato dos Trabalhadores e Servidores do Poder Judiciário Paulista nas Regiões de Sorocaba e Região, EXEFE-AOJ- Associação dos Oficiais de Justiça dos Ofícios das Execuções Fiscais Estaduais e Sindicato União dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de São Paulo.